

RESENHA DE “O TRIBUNAL: COMO O SUPREMO SE UNIU ANTE A AMEAÇA AUTORITÁRIA”

Lucas Lopes Grischke

Mestre em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande -FURG (2019)
Pós-graduação (MBA) em Administração Pública e Gerência de Cidades pelo
Centro Universitário Internacional UNINTER (2012)
Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande -FURG (2009)
Assistente em administração e Membro do Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED)
da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4071-2208>
E-mail: luopeslg@gmail.com

Recebido em: 14/05/2024
Aprovado em: 23/09/2024

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. **O Tribunal:** Como o Supremo se uniu ante a ameaça autoritária. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

A obra “O Tribunal: como o Supremo se uniu ante a ameaça autoritária” foi desenvolvida pelos jornalistas Felipe Recondo e Luiz Weber e lançada em novembro de 2023.

Este livro repercute a tentativa de golpe ocorrida em 8 de janeiro de 2023, com a invasão das praças dos três poderes em Brasília e traça uma retrospectiva de como o Supremo Tribunal Federal (STF), a partir da eleição vitoriosa de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, se modifica de uma atuação individualista, as “onze ilhas incomunicáveis”, para uma atividade em colegiado em prol da Constituição Federal.

Os autores entendem que três fatores foram essenciais para a unificação decisória dos ministros do STF: 1) Os ataques constantes do governo bolsonarista dirigidos contra o Supremo; 2) A produção de *fake news* em redes sociais; 3) A pandemia da covid-19.

O primeiro fator é minuciosamente detalhado ao longo do “O Tribunal”, com relatos de embates entre o ex-presidente e os ministros do Supremo, sobretudo nas figuras de Alexandre de Moraes e Rosa Weber.

De acordo com Recondo e Weber, “o STF seria fatalmente o inimigo a ser enfrentado por Bolsonaro, porque as ideias e os discursos vocalizados por ministros representavam a antítese fundamental a seu projeto populista autocrático (...)” (p. 236).

Em relação especificamente ao ministro Alexandre de Moraes, é explanada sua condução à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), enquanto presidente da instância, durante as eleições de 2022, que culminaram na vitória de Luis Inácio Lula da Silva em detrimento à investida de reeleição de Bolsonaro.

Segundo os jornalistas, dentre as medidas tomadas pelo ministro Moraes para manutenção das votações nacionais, estão a imposição do encerramento dos bloqueios provocados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), no dia da eleição, predominantemente nos estados do Nordeste, além de um constante combate à disseminação de *fake news*.

Sobre a propagação de desinformação e de discurso de ódio, a obra relata que a perseguição aos membros do STF e seus familiares fortaleceram uma ideia de unidade para tratar do tema que culminaria na abertura do inquérito das *fake news*.

Ainda nesse contexto, a ministra Rosa Weber derrubou a Medida Provisória do Marco Civil da Internet, na qual “(...) proibia a exclusão, suspensão ou bloqueio da divulgação de conteúdos gerados pelos usuários das redes sociais, exceto nas hipóteses de ‘justa causa’” (p. 106).

E, finalmente, o impacto de mortalidade trazido pela contaminação da covid-19 (que resultou em mais de 600 mil mortos) é incluído no rol de motivos que teriam realinhado o pensamento atuante do STF.

Para a publicação em comento, as famílias e amigos dos ministros não passaram incólumes pela pandemia. Acrescenta-se também que em “(...) março de 2021, 73, 1% dos mortos por covid-19 no Brasil tinham sessenta anos ou mais. A idade média dos ministros do Supremo era 63 anos. A covid-19 os obrigou, como a muitos brasileiros, ao retiro em suas próprias casas” (p. 118).

Diante dessa ameaça sanitária e da omissão do governo federal no tocante à compra de vacinas e medidas restritivas de contenção da transmissão do vírus, o Supremo tomou decisões relevantes, tais como: a) a inclusão, devido à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 754), de crianças entre cinco e onze anos no Plano Nacional de Vacinação; b) definição que “(...) estados, municípios e governo federal tinham competência concorrente para legislar sobre proteção à saúde” (p.125), anteriormente causa de conflito entre a União e o governo de São Paulo, palco, inclusive, de protestos de simpatizantes do presidente, contrários à quarentena por esta significar possível perda econômica ao país (Mello, 2020, p. 234) .

Desse modo, Recondo e Weber discorrem que “(..) a jurisprudência da pandemia no STF devolveu ao tribunal a imagem da racionalidade, temperança e segurança” (p. 130).

Estruturalmente, “O Tribunal” se divide em dez capítulos: “O Espelho da Verdade”, “Sedação”, “Capa Preta”, “Kumitê”, “Jurisprudência de guerra”, “Paredes são de vidro”, “Dez por cento”, “Japona não é toga”, “A fumaça se dissipa”, “O STF versus Bolsonaro”.

No capítulo inicial, é apresentado o vandalismo em Brasília, de janeiro de 2023, e a

escala de reação do STF, que vai do choque à repressão devido às atitudes criminosas e depredatórias em prédios públicos.

Em seguida, no “Sedação”, narra-se a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República Federativa do Brasil e o relacionamento primário do chefe do executivo com os ministros. Nesse aspecto, os dois polos ainda se estudavam e não compreendiam totalmente o alcance e a posição ideológica de seus opositores.

No terceiro capítulo, o foco é direcionado para a questão da prisão após condenação em segunda instância, que definiria a liberdade dos presos sem sentença transitada em julgado. Essa decisão beneficiaria Lula, condenado em primeira instância pelo TRF4.

Ademais, analisa-se a tensão entre a pauta de direitos fundamentais encabeçada pelo STF e a agenda de costumes defendida pelo presidente recém-eleito.

Em “Kumitê”, palavra japonesa utilizada por Alexandre de Moraes, ressalta-se o funcionamento da “máquina do ódio”: “(...) construção de narrativas, com o intuito de constranger ou combater instituições e pessoas que se opusessem ao governo” (p. 79)

Com o intuito de frear as *fake news*, o Supremo ampliou seus poderes, uma vez que passou do âmbito físico ao virtual, na medida em que os componentes da instância sofriam crimes de honra em redes sociais.

Posteriormente, o capítulo cinco se situa no tempo do ápice da pandemia da covid-19. Aqui, se expõe o negacionismo e o anticientificismo do discurso presidencial de minimização dos impactos causados pelo vírus. Perante esse panorama, os autores informam que o STF reagiu com preocupação, consoante exposto anteriormente, e que “(...) tinha uma nova missão para além de resguardar a Constituição: o tribunal precisava fazer de tudo para que o combate à pandemia não fosse sabotado pelo governo” (p. 124)

A exposição dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal em meio televisivo é o escopo de “Paredes são de vidro”, o capítulo subsequente. Nesse sentido, a transmissão das sessões pela TV Justiça representou a ruptura de um certo “anonimato” dos magistrados e, conseqüentemente, a popularização do STF, seja pela cobertura jornalística, seja pela opinião pública.

A escolha do ministro que representaria os apoios de Bolsonaro apresenta-se como assunto em debate no sétimo capítulo. Assim, André Mendonça foi o escolhido por representar a classe evangélica o que não teria ocorrido quando da indicação de Nunes Marques, outrora juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

No antepenúltimo capítulo, denominado “Japona não é toga”, registra-se a clamação por intervenção militar, em 2022, e a desconfiança dos “patriotas” pela inércia do Alto

Comando Militar no atendimento aos frequentes pedidos. De outro lado, o STF seguia cauteloso sobre a posição do exército frente à instabilidade democrática.

Nesse trecho, é importante destacar a contestação no que concerne à legitimidade das urnas eletrônicas, com apelo do retorno ao voto impresso: “ (...) o argumento, que até podia ser genuíno em sua ignorância sobre o funcionamento do equipamento, converteu-se em alegação oportunista para os planos de erosão do processo democrático”

A abordagem de “A fumaça se dissipa” retrata a apreensão do TSE no que tange ao percurso eleitoral de 2022. Sob a sombra do episódio ocorrido nos Estados Unidos, em janeiro de 2021, na qual manifestantes pró-Trump invadem o Capitólio e contestam o resultado na contagem de votos, os ministros do TSE se alertam para situação similar em solo brasileiro.

Para tanto, os jornalistas aduzem que os referidos magistrados determinaram a retirada de conteúdos falsos em mídias sociais, se aproximaram das embaixadas para assegurar a consolidação do processo eleitoral nacional, para citar algumas exemplificações.

No derradeiro capítulo, intitulado “O STF versus Bolsonaro”, evidencia-se a relevância do Supremo como guardião da Carta Magna: “O STF, na interpretação da Constituição, não diz ao povo o que fazer, quem ouvir; mas diz ao governo o que deve ou não pode fazer” (p. 236)

Destaca-se a maneira pela qual o Tribunal se reinventou, com abandono de prioridades pessoais que proporcionavam fragmentação para assunção de uma colegialidade estratégica.

Nesse encerramento, os autores questionam se o Supremo, após superadas as adversidades se manterá unificado ou regredirá para personalismos. Acrescenta-se que ainda é verificado um distanciamento da instância com a população, em função de utilização de doutrinas infundáveis e linguagem culta.

Entende-se que esta obra, inserida no escopo dos estudos em direito constitucional e ciência política, ainda que de forma resumida, é essencial para a compreensão dos bastidores jurídicos e políticos em que o país atravessou a partir da eleição de 2018, em que consolidou a polarização dos cidadãos e impactou em imagens alarmantes como a violação da sede do Supremo, em janeiro de 2023.

Verifica-se que esta obra, destinada aos pesquisadores em direito, cientistas políticos e demais interessados apresenta uma discussão inicial para o aprofundamento na relação por vezes delicada ente os Três Poderes, especialmente neste caso entre o Executivo e o Judiciário.

Portanto, os autores desempenham um papel salutar no sentido de expor a fragilidade do sistema democrático brasileiro, que pode ser arruinado se não for salvaguardado pela Corte

responsável que, independentemente de simpatias ou antipatias políticas, deve ser guardião da Carta Magna e dos princípios fundamentais nela contidos.

REFERÊNCIAS

MELLO, Patrícia Campos. **A Máquina do Ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. **O Tribunal**: Como o Supremo se uniu ante a ameaça autoritária. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.